



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDU

Página 1 de 12

LEI Nº 1.359, DE 13 DE JULHO DE 2021.

Nº de ordem	1359/2021
Registrado no Livro de Arquivo Público e Publicado no placar da Prefeitura	
Em	13 / 07 / 2021
Responsável	

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias - LDO para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2022 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIVIDU, ESTADO DE GOIÁS, APROVA E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei Orgânica do Município, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

- I** - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II** - a estrutura e organização do orçamento;
- III** - as diretrizes para elaboração do orçamento municipal e suas alterações;
- IV** - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V** - as normas de execução do orçamento;
- VI** - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII** - as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal estão estabelecidas em conformidade com o Plano Plurianual e com as previsões que constarão da Lei Orçamentária anual para 2022.

Art. 3º As prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2022, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do município, terão precedência na alocação dos recursos da Lei Orçamentária Anual para 2022, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. As prioridades de que trata o *caput* deste artigo são aquelas abrangidas pelas seguintes despesas:



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDIU

Página 2 de 12

I - custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, incluindo a reposição de perdas salariais;

II - pagamento de amortizações e encargos da dívida;

III - contrapartida de operações de crédito, convênios e instrumentos congêneres;
e

IV - recursos para projetos iniciados em anos anteriores e para novos projetos de construção e reformas aprovadas futuramente.

Art. 4º Os projetos em fase de execução, desde que revalidados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre os novos projetos.

Art. 5º A manutenção de atividades e de serviços terá prioridade sobre as ações de expansão.

CAPÍTULO III **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 6º A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município e seus órgãos;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades, fundos e órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta a ele vinculados.

Art. 7º As classificações orçamentárias, os demonstrativos e anexos à Lei Orçamentária Anual atenderão às disposições das seguintes normas:

I - Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999 e suas atualizações: Portaria SOF nº 37, de 16 de agosto de 2007 (D.O.U. de 17.08.2007); Portaria SOF nº 41, de 18 de agosto de 2008 (D.O.U. de 19.08.2008); Portaria SOF nº 54, de 4 de julho de 2011 (D.O.U. de 05.07.2011); Portaria SOF nº 67, de 20.07.2012 (D.O.U. de 23.07.2012).

III - Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas atualizações, e Portaria Interministerial STN/SOF nº 419, de 01.07.2016 - D.O.U. de 04.07.2016; (válida para a União a partir de 2017 e para os Estados, DF e Municípios a partir de 2018).

IV - Portaria do Governo Federal nº 438, de 12 de julho de 2012, e suas atualizações;

V - Portaria do Governo Federal nº 637, de 18 de outubro de 2012, e suas atualizações;

VI - Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014, e suas atualizações;

VII - Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, e suas atualizações;



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDU

Página 3 de 12

VIII - Resolução Normativa nº 06, de 21 de outubro de 2009, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás;

IX - Instrução Normativa nº 09, de 09 de dezembro 2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, e suas atualizações;

X - Instrução Normativa nº 10, de 09 de dezembro 2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

§ 1º A Classificação da Despesa Orçamentária observará o seguinte detalhamento:

I - Classificação Institucional;

II - Classificação Funcional;

III - Classificação Programática;

IV - Classificação por Natureza de Despesa, composta de:

a) Categoria econômica;

b) Grupo de Natureza de Despesa;

c) Modalidade de Aplicação;

d) Elemento de Despesa.

V - Classificação por Fonte de Recursos.

§ 2º A classificação de que trata o §1º deste artigo deverá obedecer à forma estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas atualizações.

Art. 8º Os Grupos de Natureza de Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - 1. pessoal e encargos sociais;

II - 2. juros e encargos da dívida;

III - 3. outras despesas correntes;

IV - 4. investimentos;

V - 5. inversões financeiras;

VI - 6. amortização da dívida pública.

Art. 9º As despesas relativas ao pagamento de inativos, juros, encargos e amortização da dívida pública, precatórios, sentenças judiciais e outras, às quais não se possam associar um bem ou serviço ofertado diretamente à sociedade e que, por isso, não constam no Plano Plurianual, deverão ser incluídas na Lei Orçamentária para 2022 como operações especiais, conforme estabelece a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, e suas atualizações: Portaria SOF nº 37, de 16 de agosto de 2007 (D.O.U. de 17.08.2007); Portaria SOF nº 41, de 18 de agosto de 2008 (D.O.U. de 19.08.2008); Portaria



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDU

Página 4 de 12

SOF nº 54, de 4 de julho de 2011 (D.O.U. de 05.07.2011); Portaria SOF nº 67, de 20.07.2012 (D.O.U. de 23.07.2012).

Art. 10. A Secretaria Municipal de Finanças publicará junto à Lei Orçamentária Anual os quadros de detalhamento das despesas, especificando por projetos, atividades e operações especiais as naturezas de despesa e respectivas fontes de recursos.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual incluirá, entre outros demonstrativos:

- I** - Demonstrativo da despesa por órgãos e categorias econômicas;
- II** - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por função de governo;
- III** - Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;
- IV** - Tabelas Explicativas da Evolução da Receita e Despesa;
- V** - Receita Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02 da Lei 4.320/64);
- VI** - Legislação da Receita;
- VII** - Descrição sucinta das principais finalidades de cada unidade administrativa, com indicação da respectiva legislação;
- VIII** - Demonstrativos da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais;
- IX** - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas constantes do anexo de metas fiscais (art. 5º, inciso I, da LC 101/2000);
- X** - Demonstrativo da natureza da despesa segundo as categorias econômicas - Consolidação Geral (Anexo 2 da lei 4.320/64);
- XI** - Demonstrativo da natureza da despesa segundo as categorias econômicas por órgão (Anexo 2 da lei 4.320/64);
- XII** - Demonstrativos de programa de trabalho (Anexo 6 da Lei 4320/64);
- XIII** - Demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades (Anexo 7 da Lei 4320/64);
- XIV** - Demonstrativo de funções, subfunções e programas conforme vínculo com as fontes de recursos (Anexo 8 da Lei 4320/64);
- XV** - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo 9 da lei 4.320/64);
- XVI** - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo em termos de realização de obras e de prestação de serviço;

Art. 11. As ações que constituam despesas de natureza tipicamente administrativa e outras que, embora contribuam para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos e de gestão de políticas públicas, não sejam passíveis de apropriação aqueles programas, serão orçadas e apresentadas no orçamento de 2022 em programas de Apoio Administrativo.



CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 12. Na estimativa das receitas serão considerados:

I - os efeitos das modificações na legislação tributária e incentivos fiscais autorizados, que serão objeto de Projetos de Lei a serem enviados ao Poder Legislativo antes do encerramento do atual exercício financeiro;

II - a inflação do período atual;

III - o cenário econômico atual;

IV - a ampliação da base de cálculo dos tributos do exercício 2022.

Art. 13. O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá conter receitas de Operações de Crédito vinculadas a projetos, cuja execução estará condicionada à efetiva realização da receita.

Art. 14. A Lei Orçamentária anual poderá autorizar a realização de Operações de Crédito por antecipação da receita, cuja liquidação dar-se-á, obrigatoriamente, até o encerramento do exercício de 2022, na forma estabelecida no art. 38 da Lei Complementar federal nº 101/2000.

Art. 15. A Lei Orçamentária Anual de 2022 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento a despesas de capital, observando o disposto no § 2º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo único. A contratação de Operação de Crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 16. É vedada a utilização das Receitas de Capital derivadas da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesas correntes, salvo se destinadas, por lei, a Fundo de Previdência de Servidores, conforme o disposto no art. 44, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 17. A estimativa da receita do Tesouro Municipal será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 18. As estimativas das receitas de convênios e instrumentos congêneres deverão ser informadas à Secretaria Municipal de Finanças pelos órgãos e entidades conveniados, considerando o cronograma de liberação de recursos para o exercício de 2022, bem como as propostas em andamento protocoladas junto a órgãos federais e outras entidades.

Art. 19. As despesas cujas fontes de custeio sejam provenientes de Operações de Crédito, Convênios e instrumentos congêneres, somente serão efetivadas com a assinatura dos atos e o consequente ingresso do recurso.

Art. 20. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual de 2022 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal,



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDU

Página 6 de 12

bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 21. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 22. Na programação da despesa, não poderá ocorrer:

I - a fixação de despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as Unidades Orçamentárias executoras;

II - a inclusão de projetos com a mesma finalidade em mais de uma Unidade Orçamentária.

Art. 23. A Administração Pública Municipal poderá destinar recursos direta ou indiretamente, por meio de contribuições, auxílios, subvenções sociais e materiais de distribuição gratuita.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - contribuições: dotações destinadas a atender despesas que não correspondam a contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor, bem como as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público e privado;

II - auxílios: dotações destinadas a atender despesas de investimentos ou de entidades privadas sem fins lucrativos;

III - subvenções sociais: dotações destinadas a atender despesas de instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter cultural e assistencial, observado o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964;

IV - material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesa com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos e benefícios que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

Art. 24. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação.

Art. 25. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência em montante de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento – *meio por cento*) da Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes, riscos fiscais e abertura de créditos adicionais de natureza suplementar ou especial.

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2022.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDU

Página 7 de 12

Art. 26. Na proposta orçamentária para o exercício de 2022, o Poder Executivo poderá ajustar as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, se verificadas, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional e estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas e do comportamento da execução do orçamento 2022, de forma a garantir a suficiência de caixa.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas, observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar Federal nº 101/2000; na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e na legislação municipal em vigor.

Art. 28. A Administração Pública Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000:

- I** - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II** - eliminação das despesas com horas extras;
- III** - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV** - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 29. O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2022 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, “Realizar Concursos Públicos”, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em processo seletivo em caráter temporário na forma da lei, observando os limites e as regras da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária anual para 2022 ou em créditos adicionais.

CAPÍTULO VI
DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 30. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após publicação da Lei Orçamentária anual, considerando eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio do caixa:

- I** - o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação;
- II** - a programação financeira das receitas e despesas; e



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDU

Página 8 de 12

III - o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras.

Art. 31. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 32. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e investimentos de cada Poder.

§ 1º A limitação de empenho para fins de alcançar o equilíbrio fiscal ficará vinculada ao contingenciamento orçamentário, com exceção das dotações orçamentárias das despesas de pessoal e operações especiais com amortizações, juros e encargos da dívida.

§ 2º Ficam os órgãos jurisdicionados ao Poder Executivo incumbidos de averiguações periódicas com vistas a serem atingidas as metas dos programas de governo com equilíbrio fiscal.

Art. 33. Somente serão inscritos em Restos a Pagar as despesas empenhadas, liquidadas processadas, não processadas efetivamente até 31 de dezembro, se ocorrer o saldo de disponibilidade financeira e/ou cobertas por convênios com Governo Federal ou Estadual para saldá-las.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenha efetivamente ocorrido no exercício e que estejam devidamente amparadas por títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme estabelecido no art. 63, da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 2º O pagamento de Restos a Pagar no exercício seguinte, inscritos no exercício anterior, somente será efetuado se no ato de sua inscrição tiverem sido observados os mesmos requisitos, previstos no *caput* deste artigo.

§ 3º O saldo das dotações empenhadas referente às despesas não realizadas será anulado e as despesas anuladas poderão ser reempenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta da dotação do exercício seguinte, observada a classificação orçamentária.

Art. 34. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementares e especiais, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDU

Página 9 de 12

Art. 35. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem o cumprimento dos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e sem a comprovação da suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sendo obrigada a comunicar ao Poder Legislativo e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a ocorrência de quaisquer falhas, num prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Poder Executivo Municipal, poderá encaminhar ao Poder Legislativo projetos de lei propondo alterações na legislação, inclusive na que dispõe sobre tributos municipais se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas, à capacidade econômica do contribuinte, à eficiência e modernização da máquina arrecadadora e, sempre, a justa distribuição de renda, contendo:

- I** - atualização da planta genérica de valores do Município;
- II** - revisão e atualização da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos, e imunidades, com ênfase nos vazios urbanos, em conformidade com o plano diretor aprovado;
- III** - aperfeiçoamento da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IV** - aperfeiçoamento da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e direitos reais sobre imóveis;
- V** - revisão e/ou aperfeiçoamento da legislação sobre taxas de serviços pelo exercício do poder de polícia;
- VI** - revisão das isenções dos tributos municipais e incentivos fiscais, para manter o interesse público, a justiça fiscal e as prioridades do governo;
- VII** - adequação da legislação tributária municipal em decorrência de alterações nas normas federais e/ou estaduais.

Art. 37. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a:

- I** - estimular o crescimento econômico;
- II** - estimular a geração de emprego e renda;
- III** - beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas;
- IV** - conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDU

Página 10 de 12

Parágrafo único. Os benefícios de que trata este artigo devem ser considerados nos cálculos da estimativa da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 38. A lei que conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária somente poderá ser aprovada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar federal nº 101/2000.

Parágrafo único. A estimativa do impacto orçamentário financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada pela Secretaria Municipal de Finanças, acompanhada da respectiva memória de cálculo.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. As emendas ao projeto de Lei Orçamentária anual só serão admitidas, desde que:

I - sejam compatíveis com a presente Lei;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação parcial ou total de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviços da dívida;

c) transferências da União, convênios, operações de crédito, contratos, acordos, ajustes e instrumentos similares;

d) despesas referentes a vinculações constitucionais;

III - sejam relacionadas:

a) à correção de erros ou omissões;

b) aos dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 1º Não serão admitidas emendas ao orçamento, transferindo dotações cobertas com receitas próprias de autarquias e fundos especiais, para atender programação a ser desenvolvida por outra entidade, que não aquela geradora dos recursos e, ainda, incluindo quaisquer despesas que não sejam de competência e atribuição do Município.

§ 2º Não serão admitidas emendas cujos valores se mostrem incompatíveis e insuficientes à cobertura das atividades, dos projetos, das operações especiais, das metas ou despesas que se pretendam alcançar e desenvolver.

Art. 40. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual ficarem sem despesas correspondentes, deverão ser adicionadas à reserva de contingência.



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDU

Página 11 de 12

Art. 41. O equilíbrio das finanças públicas deverá ser alcançado por meio de ajuste fiscal, destacando-se, neste, as seguintes medidas:

I - incremento da arrecadação mediante:

a) aumento real da arrecadação tributária;

b) recebimento da dívida ativa tributária;

II - controle de despesas mediante:

a) administração e controle de despesas com custeio administrativo e operacional;

b) administração e controle do pagamento da dívida bancária intra e extra limite, inclusive renegociação e aproveitamento de créditos;

c) execução de investimentos dentro da capacidade de desembolso do Município.

Art. 42. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual para 2022 não for aprovado até o término do período legislativo em curso, a Câmara Municipal será imediatamente convocada, extraordinariamente, até que a matéria seja apreciada.

Parágrafo único. Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 não ter sido devolvido para sanção até o dia 31 de dezembro de 2021, fica autorizada a execução da programação constante dele.

Art. 43. A Lei Orçamentária anual autorizará o Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 7º, art. 43º § 1º inciso I, II, III, IV, § 2, § 3 e § 4 da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais de natureza suplementar, até o limite de 70% (setenta por cento) do total da despesa fixada.

Art. 44 - O limite autorizado no Art. 43 não será onerado quando o crédito se destinar a suprir a insuficiência das dotações de pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida pública Municipal, débitos constantes de precatórios judiciais, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de receitas vinculadas, até o limite de 70% (setenta por cento).

Art. 45. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivado mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 46. O Orçamento da Câmara Municipal, respeitará o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 47. A Lei Orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por intermédio de consórcios públicos, conforme a regulamentação fixada pela Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Portaria nº 72, de 01 de fevereiro de 2012

Art. 48. O Poder Executivo poderá, mediante decreto realizar o desdobramento da despesa até o nível da modalidade de aplicação, conforme Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 art. 6º onde determina que "Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação".



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MONTIVIDIU

Página 12 de 12

Art. 49. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática expressa por categoria de programação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alterações dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao novo órgão.

Art. 50. Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, integram esta lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais, composto dos seguintes demonstrativos:

- a) Metas Anuais e suas metodologias de cálculo;
- b) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Metas Fiscais Atuais compradas com as Fixadas no Três Exercícios Anteriores;
- d) Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- g) Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita;
- h) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

II - Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 51. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTIVIDIU, ESTADO DE GOIÁS, aos 13 (treze) dias do mês de julho de 2021.



EDSON BUENO COUTINHO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU - GO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2022

Page 1 of 1

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	VL. Corrente (a)	VL. Constante	% PIB (a/PIB)x100	% RCL (a/RCL)x100	VL. Corrente (b)	VL. Constante	% PIB (b/PIB)x100	% RCL (b/RCL)x100	VL. Corrente (c)	VL. Constante	% PIB (c/PIB)x100	% RCL (c/PIB)x100
Receita Total	65.251.984,00	63.725.087,57	0,83560	126,70530	66.824.556,81	65.214.085,00	0,83550	126,68050	68.989.672,46	66.754.407,07	0,84220	127,70720
Receitas Primárias (I)	65.251.984,00	63.725.087,57	0,83560	126,70520	66.824.556,82	65.214.085,00	0,83550	126,68060	68.989.672,45	66.754.407,07	0,84230	127,70720
Receitas Primárias Correntes	65.251.984,00	63.725.087,57	0,83560	126,70520	66.824.556,82	65.214.085,00	0,83550	126,68060	68.989.672,45	66.754.407,07	0,84230	127,70720
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.329.669,08	8.134.754,82	0,10670	16,17440	8.530.414,10	8.324.831,12	0,10670	16,17130	8.806.799,52	8.521.459,22	0,10750	16,30230
Contribuições	2.282.422,66	2.229.013,97	0,02920	4,43200	2.337.429,05	2.281.097,01	0,02920	4,43110	2.413.161,75	2.334.975,31	0,02950	4,46700
Transferências Correntes	48.859.821,80	47.716.501,97	0,62570	94,87520	50.037.343,51	48.831.443,53	0,62560	94,85670	51.658.553,43	49.984.816,30	0,63070	95,62550
Demais Receitas Primárias Correntes	5.780.070,46	5.644.816,81	0,07400	11,22360	5.919.370,16	5.776.713,34	0,07400	11,22150	6.111.157,75	5.913.156,24	0,07460	11,31240
Receitas Primárias de Capital	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Despesa Total	61.529.705,04	60.089.909,94	0,78800	119,47740	63.012.570,93	61.493.967,97	0,78780	119,45410	65.054.178,23	62.946.422,86	0,79420	120,42220
Despesas Primárias (II)	62.651.983,99	61.185.927,56	0,80240	121,65660	64.161.896,80	62.615.595,10	0,80220	121,63290	66.240.742,26	64.094.542,21	0,80870	122,61880
Despesas Primárias Correntes	59.584.570,92	58.190.291,96	0,76310	115,70030	61.020.559,08	59.549.963,61	0,76290	115,67780	62.997.625,19	60.956.502,14	0,76910	116,61540
Pessoal e Encargos Sociais	36.574.015,67	35.718.183,70	0,46840	71,01880	37.455.449,45	36.552.773,12	0,46830	71,00500	38.669.006,01	37.416.130,22	0,47210	71,58050
Outras Despesas Correntes	23.010.555,25	22.472.108,26	0,29470	44,68150	23.565.109,63	22.997.190,49	0,29460	44,67280	24.328.619,18	23.540.371,92	0,29700	45,03490
Despesas Primárias de Capital	3.067.413,07	2.995.635,60	0,03930	5,95630	3.141.337,72	3.065.631,49	0,03930	5,95510	3.243.117,07	3.138.040,07	0,03960	6,00340
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.600.000,01	2.539.160,01	0,03320	5,04860	2.662.660,02	2.598.489,90	0,03330	5,04770	2.748.930,19	2.659.864,86	0,03360	5,08840
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	260.000,00	253.916,00	0,00330	0,50490	266.266,00	259.848,99	0,00330	0,50480	274.893,02	265.986,48	0,00340	0,50890
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Resultado Nominal (VI) = (III + (IV - V))	2.860.000,01	2.793.076,01	0,03650	5,55350	2.928.926,02	2.858.338,89	0,03660	5,55250	3.023.823,21	2.925.851,34	0,03700	5,59730
Dívida Pública Consolidada	8.811.398,80	8.605.212,07	0,11280	17,10980	9.023.753,51	8.806.281,05	0,11280	17,10650	9.316.123,12	9.014.280,74	0,11370	17,24510
Dívida Consolidada Líquida	892.543,62	871.658,10	0,01140	1,73310	914.053,92	892.025,22	0,01140	1,73280	943.669,27	913.094,38	0,01150	1,74680
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Impacto de saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000

FONTE: SCPI - PPA [9.25.1547.2], PREFEITURA M MONTIVIDIU, Data/hora da emissão: 14/ABR/2021 10h e 43m"



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU - GO

Page 1 of 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2020 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas 2020 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	62.865.000,00	0,80510	128,81190	59.135.977,12	0,75730	21,17110	-3.729.022,88	-5,93000
Receitas Primárias (I)	62.865.000,00	0,80510	128,81190	59.135.977,12	0,75730	21,17110	-3.729.022,88	-5,93000
Despesa Total	62.865.000,00	0,80510	128,81190	60.045.247,41	0,76900	23,03420	-2.819.752,59	-4,49000
Despesa Primárias (II)	61.797.096,70	0,79140	126,62380	58.043.826,37	0,74330	18,93320	-3.753.270,33	-6,07000
Resultado Primário (I - II)	1.067.903,30	0,01370	2,18810	1.092.150,75	0,01400	2,23790	24.247,45	2,27060
Resultado Nominal	1.067.903,30	0,01370	2,18820	-909.270,29	-0,01160	-1,86310	-1.977.173,59	-185,15000
Dívida Pública Consolidada	8.552.887,77	0,10950	17,52510	8.552.887,77	0,10950	17,52510	0,00	0,00000
Dívida Consolidada Líquida	8.552.887,77	0,10950	17,52510	2.493.103,75	0,03190	5,10840	-6.059.784,02	-70,85000

FONTE: SCPI - PPA [9.25.1547.2], PREFEITURA M MONTIVIDIU, Data/hora da emissão: 14/ABR/2021 10h e 43m"



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU - GO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2022

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	53.562.547,28	59.135.977,12	10,41	63.760.000,00	7,82	65.251.984,00	2,34	66.824.556,81	2,41	68.989.672,46	3,24
Receitas Primárias (I)	53.562.547,28	59.135.977,12	10,41	63.760.000,00	7,82	65.251.984,00	2,34	66.824.556,81	2,41	68.989.672,46	3,24
Despesa Total	53.466.912,83	60.045.247,41	12,30	63.760.000,00	6,19	65.251.984,00	2,34	66.824.556,81	2,41	68.989.672,46	3,24
Despesas Primárias (II)	52.480.059,10	58.043.826,37	10,60	61.218.852,54	5,47	62.651.984,00	2,34	64.224.556,81	2,51	66.389.672,46	3,37
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.082.488,18	1.092.150,75	0,89	2.541.147,46	132,67	2.600.000,00	2,32	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00	0,00
Resultado Nominal	95.634,45	-909.270,29	-1.050,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	7.525.525,94	8.552.887,77	13,65	8.681.181,09	1,50	8.811.398,80	1,50	8.943.569,78	1,50	9.077.723,33	1,50
Dívida Consolidada Líquida	-4.592.568,23	-2.493.103,75	-45,71	2.530.500,31	-201,50	-2.568.457,81	-201,50	-2.606.984,68	1,50	-2.646.089,45	1,50

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	59.898.996,62	62.388.455,86	4,16	63.760.000,00	2,20	61.558.475,47	-3,45	59.194.398,80	-3,84	57.381.412,68	-3,06
Receitas Primárias (I)	59.898.996,62	62.388.455,86	4,16	63.760.000,00	2,20	61.558.475,47	-3,45	59.194.398,80	-3,84	57.381.412,68	-3,06
Despesa Total	59.898.996,62	62.388.455,86	4,16	63.760.000,00	2,20	65.251.984,00	2,34	66.824.556,81	2,41	68.989.672,46	3,24
Despesas Primárias (II)	46.928.426,27	55.017.844,90	17,24	61.218.852,54	11,27	66.411.103,04	8,48	72.503.102,19	9,17	79.820.303,19	10,09
Resultado Primário (III) = (I - II)	12.970.570,35	7.370.610,96	-43,17	2.541.147,46	-65,52	-4.852.627,57	0,00	-13.308.703,39	0,00	-22.438.890,51	0,00
Resultado Nominal	85.517,70	-861.867,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	6.729.433,91	8.107.002,63	20,47	8.681.181,09	7,08	9.340.082,73	7,59	10.096.395,93	8,10	10.914.146,76	8,10
Dívida Consolidada Líquida	-4.106.740,79	-2.363.131,52	0,00	-2.530.500,31	0,00	-2.722.565,28	0,00	-2.943.025,00	0,00	-3.181.393,34	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU - GO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022

Page 1 of 1

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	105.543.082,64	100,000	95.089.151,20	100,000	87.992.401,96	100,000
TOTAL	105.543.082,64	100,00	95.089.151,20	100,00	87.992.401,96	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-3.007.723,18	100,000	3.551.399,50	100,000	585.244,45	100,000
TOTAL	-3.007.723,18	100,00	3.551.399,50	100,00	585.244,45	100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU - GO

Page 1 of 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2022

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2020 (d)	2019 (e)	2018 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
VALOR(III)	(g) = ((Ia - II d) + III h)	(h) = ((Ib - II e) + III i)	(i) = (Ic - II f)
	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDU - GO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2022

Page 1 of 3

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2019	2018
RECEITAS CORRENTES(I)	5.811.888,16	3.405.061,25	3.435.765,15
Receita de Contribuições dos Segurados	1.497.635,84	1.540.201,07	1.183.881,19
Civil	1.497.635,84	1.540.201,07	1.183.881,19
Ativo	1.497.635,84	1.540.201,07	1.183.881,19
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	4.147.901,93	1.611.298,77	2.251.883,96
Civil	4.147.901,93	1.611.298,77	2.251.883,96
Ativo	4.147.901,93	1.611.298,77	2.251.883,96
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	166.350,39	253.561,41	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	166.350,39	253.561,41	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos Amort Déficit Atuarial (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bcns, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I + III - II)	5.811.888,16	3.405.061,25	3.435.765,15

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2019	2018
Benefícios - Civil	3.386.104,67	3.071.341,32	2.531.736,60
Aposentadorias	3.003.996,91	2.439.431,96	2.091.235,37
Pensões	382.107,76	330.846,25	315.393,71
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	301.063,11	125.107,52
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	335.442,91	300.905,73	280.556,38
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	335.442,91	300.905,73	280.556,38
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	3.721.547,58	3.372.247,05	2.812.292,98
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	2.090.340,58	32.814,20	623.472,17



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDU - GO

Page 2 of 3

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2022

	2020	2019	2018
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2020	2019	2018
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2019	2018
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2020	2019	2018
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	2020	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2019	2018
RECEITAS CORRENTES(VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU - GO

Page 3 of 3

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2022

Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2019	2018
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2020	2019	2018
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2019	2018
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2019	2018
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00

Tabela – Projeção das Receitas e Despesas

	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2020	3.338.953,51	3.588.359,99	-249.406,48	6.035.082,10
2021	6.252.911,53	3.928.323,91	2.324.587,63	8.359.669,73
2022	6.446.830,98	4.179.981,55	2.266.849,42	10.626.519,15
2023	6.653.240,95	4.289.053,31	2.364.187,64	12.990.706,79
2024	6.859.173,66	4.446.099,88	2.413.073,79	15.403.780,58
2025	7.065.631,98	4.615.481,89	2.450.150,09	17.853.930,67
2026	10.490.202,14	5.008.880,05	5.481.322,09	23.335.252,76
2027	10.935.981,88	5.197.787,42	5.738.194,46	29.073.447,22
2028	11.348.535,34	5.796.957,64	5.551.577,70	34.625.024,92
2029	11.800.106,01	5.892.068,23	5.908.037,78	40.533.062,70
2030	12.212.430,97	6.561.412,84	5.651.018,12	46.184.080,82
2031	15.848.264,18	6.898.057,01	8.950.207,16	55.134.287,99
2032	16.460.584,19	7.908.441,50	8.552.142,69	63.686.430,68
2033	17.139.865,23	8.133.396,27	9.006.468,96	72.692.899,64
2034	17.804.201,65	8.718.789,42	9.085.412,22	81.778.311,86
2035	18.484.942,59	9.200.797,45	9.284.145,14	91.062.457,00
2036	19.169.300,91	9.753.001,63	9.416.299,29	100.478.756,29
2037	19.891.829,72	10.039.188,91	9.852.640,81	110.331.397,10
2038	20.653.431,67	10.220.114,78	10.433.316,88	120.764.713,98
2039	21.440.130,69	10.484.346,98	10.955.783,72	131.720.497,70
2040	22.305.629,94	10.339.503,21	11.966.126,73	143.686.624,43
2041	23.201.483,07	10.455.510,24	12.745.972,83	156.432.597,26
2042	24.139.311,11	10.611.224,54	13.528.086,57	169.960.683,83
2043	25.135.803,73	10.663.984,54	14.471.819,19	184.432.503,02
2044	26.173.359,62	10.847.055,42	15.326.304,20	199.758.807,22
2045	13.018.792,87	11.057.505,89	1.961.286,98	201.720.094,20
2046	13.079.338,62	10.925.195,20	2.154.143,42	203.874.237,62
2047	13.144.837,77	10.829.318,43	2.315.519,34	206.189.756,96
2048	13.206.804,38	10.817.039,83	2.389.764,55	208.579.521,51
2049	13.305.713,47	10.497.909,91	2.807.803,56	211.387.325,07
2050	13.420.649,52	10.232.672,33	3.187.977,20	214.575.302,27
2051	13.569.173,91	9.852.290,76	3.716.883,14	218.292.185,41
2052	13.742.479,47	9.511.535,95	4.230.943,52	222.523.128,93
2053	13.942.473,70	9.187.908,44	4.754.565,26	227.277.694,19
2054	14.180.702,62	8.789.010,81	5.391.691,81	232.669.386,00
2055	14.452.786,56	8.413.737,57	6.039.048,99	238.708.434,99
2056	14.765.651,49	8.009.846,05	6.755.805,44	245.464.240,43
2057	15.120.428,51	7.605.749,33	7.514.679,19	252.978.919,62
2058	15.519.695,74	7.202.590,42	8.317.105,32	261.296.024,94
2059	15.966.121,82	6.801.578,35	9.164.543,47	270.460.568,41
2060	16.462.435,95	6.403.674,12	10.058.761,83	280.519.330,24
2061	17.011.484,56	6.009.976,44	11.001.508,11	291.520.838,35

2062	17.616.217,97	5.621.600,91	11.994.617,07	303.515.455,42
2063	18.279.701,53	5.239.739,29	13.039.962,24	316.555.417,66
2064	19.005.091,10	4.865.392,84	14.139.698,26	330.695.115,92
2065	19.795.683,06	4.499.707,09	15.295.975,97	345.991.091,89
2066	20.654.887,48	4.143.706,65	16.511.180,83	362.502.272,72
2067	21.586.258,66	3.798.462,95	17.787.795,71	380.290.068,43
2068	22.593.496,73	3.465.053,49	19.128.443,24	399.418.511,67
2069	23.680.446,70	3.144.470,70	20.535.976,01	419.954.487,67
2070	24.851.109,91	2.837.601,61	22.013.508,29	441.967.995,97
2071	26.109.669,52	2.545.329,97	23.564.339,55	465.532.335,52
2072	27.460.502,11	2.268.543,34	25.191.958,77	490.724.294,29
2073	28.908.154,85	2.007.794,21	26.900.360,64	517.624.654,93
2074	30.457.416,36	1.763.712,39	28.693.703,97	546.318.358,90
2075	32.113.308,69	1.536.828,72	30.576.479,96	576.894.838,86
2076	33.881.102,01	1.327.528,00	32.553.574,00	609.448.412,87
2077	35.766.333,76	1.136.009,34	34.630.324,42	644.078.737,29
2078	37.774.834,53	962.280,11	36.812.554,41	680.891.291,70
2079	39.912.758,93	806.181,61	39.106.577,32	719.997.869,02
2080	42.186.614,87	667.394,29	41.519.220,57	761.517.089,59
2081	44.603.292,67	545.428,82	44.057.863,85	805.574.953,44
2082	47.170.096,88	439.620,91	46.730.475,98	852.305.429,41
2083	49.894.780,79	349.131,59	49.545.649,20	901.851.078,61
2084	52.785.582,21	272.941,08	52.512.641,13	954.363.719,74
2085	55.851.263,89	209.862,87	55.641.401,02	1.010.005.120,76
2086	59.101.156,98	158.574,13	58.942.582,84	1.068.947.703,60
2087	62.545.206,23	117.655,72	62.427.550,51	1.131.375.254,11
2088	66.194.016,99	85.646,26	66.108.370,73	1.197.483.624,84
2089	70.058.902,78	61.107,31	69.997.795,47	1.267.481.420,31
2090	74.151.931,78	42.686,94	74.109.244,85	1.341.590.665,16
2091	78.485.968,87	29.149,58	78.456.819,29	1.420.047.484,45
2092	83.074.719,31	19.414,74	83.055.304,58	1.503.102.789,03
2093	87.932.770,52	12.573,58	87.920.196,94	1.591.022.985,97
2094	93.075.633,29	7.886,12	93.067.747,17	1.684.090.733,14



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU - GO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2022

Page 1 of 1

AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
IPTU/ITU/ITBI/ISSQN REFIS TAXAS PROGRAMA REC. CREDITO	Beneficio Fiscal	Concessão de incentivos Fiscais	70.000,00	65.000,00	60.000,00	Programa de cobrança administrativa
		DESCONTO NO PAGAMENTO À VISTA	35.000,00	30.000,00	25.000,00	Programa de cobrança administrativa
		DESCONTO NO PAGAMENTO À VISTA	25.000,00	20.000,00	15.000,00	Redução da Inadimplência

FONTE: SCPI - PPA [9.25.1547.2], PREFEITURA M MONTIVIDIU, Data/hora da emissão: 14/ABR/2021 10h e 44m"



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU - GO

Page 1 of 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2022

AMF –Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2022
Aumento Permanente da Receita	1.491.984,00
(-) Transferências Constitucionais	1.117.177,87
(-) Transferências ao FUNDEB	180.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	194.806,13
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	194.806,13
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	150.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	194.806,13

FONTE: SCPI - PPA [9.25.1547.2], PREFEITURA M MONTIVIDIU, Data/hora da emissão: 14/ABR/2021 10h e 45m"

FONTE: SCPI - PPA [9.25.1547.2], PREFEITURA M MONTIVIDIU, Data/hora da emissão: 14/ABR/2021 10h e 45m"



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTIVIDIU - GO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

Page 1 of 1

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	50.000,00	Reserva de Contingência	50.000,00
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	100.000,00	Reserva de Contingência	100.000,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	200.000,00	Reserva de Contingência	200.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	50.000,00	Reserva de Contingência	50.000,00
Restituição de Tributos a Maior	25.000,00	Reserva de Contingência	25.000,00
Discrepância de Projeções:	25.000,00	Reserva de Contingência	25.000,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
TOTAL	400.000,00	TOTAL	400.000,00

FONTE: SCPI - PPA [9.25.1547.2], PREFEITURA M MONTIVIDIU, Data/hora da emissão: 14/ABR/2021 10h e 45m"